



CENTRO CULTURAL SOCIAL E DESPORTIVO DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DA ASSOCIAÇÃO E SEUS FINS

Artigo 1º

A Associação adopta a denominação de Centro Cultural, Social e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Fafe, que se regerá pelos Estatutos e presente Regulamento Interno, pelas normas e disposições que, sobre a matéria, estabelece o Código Civil.

Artigo 2º

O Centro tem a sua sede na Avenida 5 de Outubro, da Freguesia e Concelho de Fafe e a Direcção poderá, após aprovação da Assembleia Geral, transferir, dentro da área da Cidade de Fafe, a sua sede para onde julgar mais conveniente.

Artigo 3º

1 – Para a prossecução dos fins previstos no artigo 2º dos Estatutos, o Centro poderá prestar apoio sócio económico aos seus associados efectivos, através de prestações pecuniárias, subsídios e participações complementares das concedidas pela A.D.S.E., que abrangerá prestações pecuniárias destinadas a:

a) Apoio na doença, na maternidade, acidentes e doenças profissionais, invalidez e velhice;

b) Apoio à infância e juventude, nomeadamente aos jovens deficientes, filhos de associados efectivos ou a cargo destes;

c) Apoio a actividades de animação sócio-cultural e recreativa e de ocupação de tempos livres, extensivas aos cônjuges não separados de pessoa e bens e aos filhos menores associados efectivos;

d) Serviços sociais com a finalidade de contribuir para a melhoria de nível de vida dos associados efectivos através de:

- Apoio a crianças e jovens filhos de associados efectivos ou a cargo destes, e a sócios idosos ou deficientes;

- Apoio nas despesas de ensino dos filhos dos associados efectivos;

- Organização de actividades em férias – colónias e campos de férias, cursos de línguas e informática para os associados efectivos e filhos menores destes ou a seu cargo;

- Implementação de sistema eficaz de prevenção da doença e de terapêutica desta, através de consultas médicas para os associados efectivos e filhos menores destes ou a seu cargo.

2- Sempre que haja indícios da utilização abusiva por qualquer sócio de todos ou algum dos apoios e regalias, a que se refere o número um, a Direcção poderá suspender a concessão desses apoios ou regalias, mediante processo de averiguações a instaurar para esse efeito e a concluir no prazo máximo de noventa dias, durante o qual já vigorará a suspensão.

CAPÍTULO II

DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Artigo 4º

1 – O C.C.S.D.T.C.M.F. terá três categorias de associados:

a) Efectivos – os trabalhadores da Câmara Municipal de Fafe, nas situações de actividade ou de aposentação ou aguardando a aposentação, que solicitem a sua inscrição e se obriguem ao pagamento da quota mensal a fixar pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

b) Beneméritos – as pessoas, singulares ou colectivas, que tenham contribuído, por uma só vez, para os fins do Centro, com importância não inferior a dez vezes o salário mínimo nacional, ou com qualquer oferta ou donativo de outra natureza de igual valor com interesse para o C.C.S.D.T.C.M.F.

c) Honorários – as pessoas, singulares ou colectivas, que tenham prestado serviços relevantes ao C.C.S.D.T.C.M.F. e que mereçam essa distinção.

2 – Os sócios efectivos distinguidos com a categoria de sócio benemérito ou honorário mantêm todos os direitos e deveres que já usufruíam.

3 – A inscrição de sócios efectivos tem de ser solicitada enquanto os interessados estiverem na situação de actividade no quadro.

4 – Podem também ser sócios efectivos durante o seu mandato, os membros da Câmara Municipal de Fafe e do gabinete de apoio ao Presidente, mas não é permitido fazerem parte dos Corpos Gerentes do Centro.

Artigo 5º

Os sócios beneméritos e honorários podem assistir e participar nas iniciativas Sociais, Culturais, Desportivas e Recreativas do Centro, sem obrigação de qualquer participação financeira se esta for exigida.

Artigo 6º

1. A qualidade de sócio efectivo prova-se pela sua inscrição no livro respectivo, que deve existir obrigatoriamente, na Secretaria.
2. Após o registo da inscrição, será fornecido ao sócio um cartão de identificação.

Artigo 7º

São deveres dos associados efectivos:

- a) Pagar pontualmente as suas quotas;
- b) Manter um procedimento irrepreensível nas suas relações sociais, seja dentro das instalações do C.C.S.D.T.C.M.F., seja como participante nas actividades e realizações do C.C.S.D.T.C.M.F. ou em representação deste;
- c) Acatar as disposições dos Estatutos e do Regulamento, instruções e avisos aprovados pela Assembleia Geral ou pela Direcção, em conformidade com as competências destes órgãos;
- d) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral, nela participar e usar do direito de voto;
- e) Desempenhar com zelo e assiduidade os cargos sociais para que forem eleitos;
- f) Concorrer, por todos os meios ao seu alcance, para a promoção do desenvolvimento do C.C.S.D.T.C.M.F., cooperando com todos os seus órgãos sociais.

Artigo 8º

1. Os associados efectivos gozam dos seguintes direitos:
 - a) Participar na vida associativa, beneficiando de todas as actividades que o C.C.S.D.T.C.M.F. desenvolva na prossecução dos seus fins;
 - b) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
 - c) Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos da alínea c) do artigo vinte e um;
 - d) Examinar os livros, relatórios, contas e outros documentos sociais, desde que o solicite à Direcção, por escrito, com antecedência mínima de oito dias e justifiquem o seu interesse nesse exame;
 - e) Solicitar e receber, através da mesa da Assembleia Geral, informações sobre assuntos de interesse social e sobre os actos da Direcção, o que poderão fazerem em qualquer momento;
 - f) Apresentar à Assembleia Geral, Direcção e Concelho Fiscal críticas e sugestões sobre a actividade do C.C.S.D.T.C.M.F.
2. Os associados não poderão exercer o direito de voto em matérias que directamente lhes respeitem, ou a familiares seus, na linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral, ou ao seu cônjuge.
3. Os sócios efectivos só poderão integrar qualquer órgão social seis meses depois da sua admissão.

4. Os cônjuges não separados de pessoa e bens, e os filhos menores dos sócios efectivos poderão frequentar as instalações sociais e tomar parte nas actividades promovidas pelo C.C.S.D.T.C.M.F., nas condições que a Direcção definir.

Artigo 9º

1. Perdem a qualidade de sócios efectivos todos aqueles que, dolosamente, tenham prejudicado, moral ou materialmente, o Centro ou desprestigiado injustificadamente o seus corpos sociais, ou desrespeitado gravemente o dever a que se refere a alínea b) do artigo sétimo.

2. Os sócios efectivos que deixarem de pagar pontualmente as suas quotas, durante mais de dois meses, ficam com os seus direitos e regalias suspensas, até regularizarem a sua situação contributiva.

3. Serão eliminados os sócios efectivos que deixarem de pagar as suas quotas, durante três meses seguidos se não regularizarem a sua situação, no prazo de trinta dias, a contar da data do aviso que lhes for enviado, sob registo, ou por protocolo, nesse sentido.

4. A perda da qualidade de sócio, nos termos do número um, só poderá ser declarada depois do infractor ter sido ouvido, por escrito.

Artigo 10º

1. Os sócios efectivos que violarem os deveres estabelecidos no artigo sétimo incorrem nas seguintes sanções disciplinares:

1.1 – Da competência da Direcção:

- a) Censura ou repreensão;
- b) Suspensão de direitos, total ou parcial, até cento e oitenta dias.

1.2 – Da competência da Assembleia Geral:

- a) Demissão, sob proposta da Direcção.

2. A aplicação das penas previstas no número anterior deve ser precedida de audiência obrigatória do arguido. Da sanção prevista na alínea b), quando superior a noventa dias, cabe recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo.

3. A perda da qualidade de sócio não confere o direito de reembolso das quotas pagas, nem extingue a responsabilidade pelo pagamento de quotas em dívida ou outras prestações devidas ao Centro.

CAPÍTULO III

DOS ORGÃOS SOCIAIS

Artigo 11º

O exercício de qualquer cargo dos corpos gerentes é gratuito.

Artigo 12º

A maioria dos membros dos órgãos sociais deve ser constituída por sócios na efectividade do serviço.

Artigo 13º

São nulas as resoluções tomadas por qualquer órgão social fora da sua competência.

Artigo 14º

1. Os membros dos corpos gerentes são responsáveis pela realização dos fins e objectivos institucionais e pela conservação do património social.
2. OS membros dos corpos gerentes respondem civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do seu mandato, salvo se não tiverem tomado parte na respectiva resolução ou votado contra ela.

Artigo 15º

É vedado aos membros dos corpos gerentes a celebração com o Centro de contratos de empreitada, de fornecimento ou de prestação de serviços.

Artigo 16º

1. Os sócios efectivos podem fazer-se representar por outros sócios nas reuniões da Assembleia Geral, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa, na qual devem identificar devidamente os seus representantes e a reunião para estes são mandatados.
2. Cada sócio não poderá representar mais de um associado.

Artigo 17º

1. Os membros, efectivos e suplentes, da Mesa da Assembleia Geral e do Concelho Fiscal e da Direcção são eleitos por maioria simples dos votos apurados em escrutínio secreto, devendo as listas apresentadas a sufrágio satisfazer os seguintes requisitos:
 - a) A sua apresentação ao presidente da Mesa da Assembleia Geral deve fazer-se com a antecedência mínima de quinze dias, em relação à data de realização da Assembleia Geral eleitoral;
 - b) Ser subscrita pelos órgãos sociais em exercício ou por quinze associados, no mínimo;

c) Cada sócio que integre as listas propostas deve declarar por escrito, que aceita o mandato do órgão para o qual é candidato, valendo como tal a assinatura aposta na respectiva lista;

d) Identificação pelo nome e categoria profissional dos candidatos para todos os órgãos a eleger;

e) A lista da Direcção identificará o candidato ao cargo de Presidente e os sócios que integrarão o mesmo órgão social, cabendo ao Presidente atribuir-lhes, na primeira reunião da Direcção, após a tomada de posse, as funções que deverão exercer.

2. As listas serão divulgadas através de comunicado do Presidente da Mesa da Assembleia Geral e afixadas na sede social, em lugar bem visível, até dez dias antes da reunião da Assembleia Geral eleitoral.

Artigo 18º

A eleição dos corpos gerentes será feita em Assembleia Geral eleitoral, fazendo-se a votação num local a designar pelo Presidente da Assembleia Geral.

Artigo 19º

De cada reunião dos órgãos sociais será lavrada acta, em livro próprio, ou em documento avulso, numerado, a aprovar na reunião ordinária seguinte e a assinar pelo Presidente e secretário.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 20º

1– A Assembleia Geral, constituída por todos os sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos, é o órgão supremo da associação e as suas deliberações, tomadas em conformidade com a lei, são vinculativas para todos os órgãos sociais.

2 – A Assembleia Geral reunirá, até trinta e um de Março de cada ano, para apreciação e votação do relatório e contas do exercício do ano civil anterior, até quinze de Novembro, para apreciação e votação do orçamento e do plano de acção do ano seguinte, competindo à direcção elaborar e apresentar os dois citados documentos, até vinte dias antes das datas referidas.

3 – O relatório e contas do último ano de cada mandato serão elaborados pela Direcção cessante, sendo-lhes facultados pelos serviços do C.C.S.D.T.C.M.F. todos os elementos necessários para a elaboração dos referidos documentos.

Artigo 21º

A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente:

a) Quando convocada pelo Presidente da Mesa;

- b) A pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal;
- c) A requerimento de um décimo do número de associados, pelo menos, sendo obrigatória a presença de todos os requerentes, pessoalmente ou por representação, sob pena de a sessão não poder realizar-se.

Artigo 22º

- 1- A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um primeiro e um segundo secretários, devendo a lista submetida a sufrágio conter também a indicação de três suplentes, que serão chamados à efectividade nos casos de impedimento dos membros efectivos.
- 2- O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário.

Artigo 23º

- 1 – Ao Presidente da Mesa compete convocar as sessões da assembleia e orientar e conduzir os trabalhos.
- 2 – Aos secretários compete coadjuvar o presidente na orientação dos trabalhos e minutar e elaborar as actas das reuniões.
- 3 – Ao Presidente da Mesa compete, também, conferir posse aos corpos gerentes eleitos.

Artigo 24º

- 1. As assembleias gerais serão convocadas com quinze dias de antecedência, pelo menos, pelo presidente da Mesa, mediante aviso postal, ou comunicação pessoal aos sócios, e aviso a afixar na sede da associação e nos locais de trabalho dos sócios, onde isso se justifique, e ainda por anúncio a publicar num dos jornais mais lidos da Cidade.
- 2. A convocação deverá conter a ordem de trabalhos, local, data e hora da sessão convocada.

Artigo 25º

- 1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre qualquer assunto de interesse para a associação.
- 2. Compete em especial à Assembleia Geral:
 - a) Eleger os membros, efectivos e suplentes ou substitutos, dos órgãos sociais;
 - b) Deliberar sobre o plano de actividades e orçamento propostos pela Direcção;

- c) Deliberar sobre o relatório, balanço e contas do exercício apresentados pela Direcção;
- d) Deliberar sobre a alteração dos estatutos;
- e) Proclamar sócios beneméritos ou honorários, sob proposta da Direcção;
- f) Aplicar a sanção disciplinar de demissão, sob proposta da Direcção, e apreciar os recursos da pena de suspensão, superior a noventa dias, que for aplicada pela Direcção;
- g) Deliberar sobre a destituição dos titulares dos órgãos sociais;
- h) Deliberar sobre a filiação da associação em entidades cuja natureza e fins sociais sejam de natureza semelhante aos definidos nestes Estatutos;
- i) Deliberar sobre a aquisição onerosa de bens imóveis ou a alienação destes, a qualquer título;
- j) Deliberar sobre extinção e liquidação da associação;
- k) Deliberar sobre quaisquer questões ou assuntos que lhe sejam presentes relativos à actividade da associação não compreendidos nas atribuições de outros órgãos sociais.

3. A eleição dos órgãos sociais será feita em Assembleia Geral eleitoral, fazendo-se a votação na sede e nos locais de trabalho, onde isso se justifique.

Artigo 26º

1. A Assembleia Geral só pode deliberar, em primeira convocatória com a presença de mais de metade dos associados, no pleno gozo dos seus direitos. Não havendo essa maioria, a Assembleia pode reunir uma hora mais tarde, com a presença de qualquer número de associados.
2. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes, excepto nos casos previstos nos números seguintes.
3. Para dissolução da Associação é necessário o voto favorável de três quartos do número total de associados, expresso por escrutínio secreto.
4. Para alteração dos estatutos, exclusão e demissão de sócios, demanda judicial dos membros da Direcção e do Conselho Fiscal por actos praticados no exercício do seu mandato, é necessário o voto favorável de três quartos do número de associados presentes nas respectivas reuniões.
5. Quando a Assembleia Geral seja convocada nos termos da alínea c) do artigo vigésimo primeiro, o quórum constitutivo é de três quartos dos requerentes.

DA DIRECÇÃO

Artigo 27º

1. A Direcção é o órgão de administração e representação da associação, cabendo-lhe executar as deliberações da Assembleia Geral.

2. A Direcção é constituída por um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário, um Tesoureiro e três vogais, que serão, respectivamente, Director Recreativo e Cultural, Director Desportivo e Director Social, devendo a lista a votar pela Assembleia Geral organizada de acordo com o artigo 17º, número um, alínea e), integrar os membros suplentes respectivos, que serão chamados à efectividade, no caso de se verificar o impedimento dos membros efectivos.
3. Um dos vogais poderá ser incumbido de coadjuvar o tesoureiro, como seu adjunto.

Artigo 28º

1. Compete à Direcção:

- a) Elaborar o plano anual de actividades, e o orçamento, e implementar a sua concretização, após a aprovação pela Assembleia Geral;
- b) Elaborar o relatório, balanço e contas de cada exercício da sua responsabilidade, até quinze de Março do ano seguinte, ou até trinta de Janeiro, quando respeitem ao último ano do respectivo mandato;
- c) Exercer as suas funções em estreita cooperação com os membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;
- d) Elaborar os regulamentos internos e as instruções que se mostrem necessários ao regular funcionamento dos serviços e prossecução de acções promovidas de acordo com os fins da associação;
- e) Deliberar sobre a aceitação de heranças, a benefício de inventário, e de doações e legados, desde que os encargos respectivos não excedam a quarta parte do valor real da herança ou legado, ou dos respectivos rendimentos, se estes forem afectados a prestações futuras e repetidas;
- f) Fomentar entre os associados efectivos a criação de equipas e grupos de trabalho, para concretização de acções específicas, de acordo com as directivas que lhes indicar;
- g) Admitir associados e propor a sua exclusão ou demissão à Assembleia Geral, salvo no caso de falta de pagamento de quotas, em que a exclusão será automática, verificando o que dispõe o artigo treze, número três;
- h) Efectuar as contratações dos empregados, e exercer sobre estes a competência disciplinar própria das entidades patronais;
- i) Solicitar a convocação da Assembleia Geral;
- j) Administrar os fundos da associação;
- k) Providenciar sobre a criação, actualização e arrecadação de receitas;
- l) Instaurar pleitos e defender-se neles, podendo confessar, desistir ou transigir, se não houver ofensa dos direitos de terceiros;
- m) Cumprir e fazer cumprir as disposições destes estatutos e quaisquer deliberações tomadas pela Assembleia Geral, no domínio da sua competência.

Artigo 29º

A Direcção tem a seu cargo o expediente administrativo e financeiro, promove e assegura todas as iniciativas concernentes aos fins sociais, admite e exonera ou demite o pessoal de secretaria e dos outros serviços e providencia em todo o que respeita às instalações sociais.

Artigo 30º

1. A Direcção reunirá sempre que for necessário e, obrigatoriamente, duas vezes pelo menos, por mês, e só poderá tomar deliberações quando estiver presente a maioria dos seus membros, sendo as resoluções tomadas por maioria dos votos dos membros presentes na reunião.

2. Em caso de empate nas votações, presidente poderá fazer uso do voto de qualidade.

Artigo 31º

Perde o seu mandato o membro da Direcção que, injustificadamente, der mais de quatro faltas seguidas, a reuniões obrigatórias do mesmo órgão.

Artigo 32º

Na primeira reunião que se seguir à posse, a Direcção definirá os sectores ou serviços que ficarão sob a superintendência directa de cada um dos seus membros, sem prejuízo da orientação e coordenação do presidente.

Artigo 33º

1. A associação só se considera obrigada com a assinatura de dois membros da Direcção, um dos quais terá de ser o presidente.

2. As autorizações de pagamento, cheques e outros documentos de saídas de valores têm de ser assinados, obrigatoriamente, pelo presidente e tesoureiro, e as guias de receitas serão visadas por este.

3. O presidente poderá delegar no vice-presidente a assinatura dos documentos referidos no número anterior.

Artigo 34º

1. Compete especialmente ao Presidente da Direcção:

a) Presidir às reuniões, dirigir e orientar os trabalhos, bem como resolver os assuntos que exijam solução urgente e imediata, submetendo os seus actos a ratificação da Direcção, na primeira reunião desta que se realizar, subsequentes;

b) Superintender na gestão e administração da associação, e orientar e fiscalizar os serviços;

c) Promover a execução das deliberações da Assembleia Geral e da Direcção;

d) Representar a Direcção em juízo e fora dele, na sequência de deliberações da Direcção, nos termos da alínea 1) do artigo quadragésimo;

e) Assinar as autorizações de pagamento e a correspondência que não seja de mero expediente.

2. As competências, a que se referem as alíneas b), c) e e), poderão ser delegadas, total ou parcialmente, no vice-presidente.

Artigo 35º

Compete ao vice-presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 36º

1. Compete ao secretário:

- a) Redigir e lavrar, ou mandar lavrar, as actas das reuniões e superintender nos serviços de expediente, de acordo com o presidente;
- b) Promover a organização de inventário dos bens do Centro e a sua permanente actualização;
- c) Substituir o vice-presidente, nas faltas e impedimentos deste.

Artigo 37º

1. Compete ao tesoureiro:

- a) Dirigir os serviços de contabilidade e tesouraria, de acordo com o presidente;
- b) Receber e arrecadar os valores da associação;
- c) Apresentar à direcção, mensalmente, o balancete do movimento de receitas e despesas no mês anterior;
- d) Assinar as autorizações de pagamentos juntamente com o presidente, ou que o substitua, e visar as guias de receita, promover o adequado arquivo de todos os documentos de receita e despesa;
- e) Efectuar os pagamentos autorizados pela Direcção ou pelo presidente.

Artigo 38º

Compete ao Director Recreativo e Cultural, Director Desportivo e Director Social coadjuvar os restantes membros da Direcção no exercício das suas competências e desempenhar as funções que especificamente, a cada um deles, couber, para levar a cabo as suas funções.

Artigo 39º

A Direcção poderá resolver atribuir a qualquer dos seus membros a direcção e orientação de sectores específicos da actividade da associação sem prejuízo da superintendência do presidente.

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 40º

1. O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um relator, um vogal e três suplentes.

2. Os membros suplentes ou substitutos integrarão a lista dos membros do conselho a votar pela assembleia geral e eleitoral e substituirão os membros efectivos, no caso de impedimento definitivo destes.
3. No caso de vacatura do lugar do presidente, será este substituído pelo relator e este pelo primeiro suplente.

Artigo 41º

Compete ao conselho Fiscal:

- a) Verificar, periodicamente, e sempre que o julgue conveniente, a escrituração e documentos contabilísticos da associação;
- b) Assistir, ou fazer-se representar, por um dos seus membros, às reuniões da Direcção, se o julgar conveniente;
- c) Dar parecer sobre o plano de actividades e orçamento anual e relatório, balanço e contas apresentados pela Direcção, para efeito de apreciação, juntamente com esses documentos pela Assembleia Geral;
- d) Pedir a convocação da Assembleia Geral;
- e) Cooperar com a Direcção, designadamente quando isso lhe seja pedido.

Artigo 42º

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção os elementos que considerar necessários ao exercício das suas competências.

Artigo 43º

1. O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgue conveniente, por convocação do presidente, e, obrigatoriamente, uma vez, pelo menos, em cada trimestre e só poderá deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros, sendo as resoluções tomadas por maioria dos votos dos membros presentes na reunião.
2. O Conselho Fiscal só pode reunir quando esteja presente a maioria dos seus membros.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Artigo 44º

O património da associação é constituído por todos os bens móveis e imóveis adquiridos para a prossecução dos seus fins ou lhe tenham sido cedidos ou concedidos para os nossos fins.

Artigo 45º

1. Constituem receitas da associação:
 - a) As quotas dos sócios efectivos;
 - b) As dotações atribuídas pelo Orçamento do Município de Fafe;
 - c) Os subsídios e participações de entidades públicas ou privadas;
 - d) O produto de heranças, doações e legados;
 - e) As importâncias cobradas pela prestação de serviços ou utilização de instalações da associação;
 - f) O produto da alienação de bens;
 - g) O produto da venda de material dispensável ou inutilizado;
 - h) Quaisquer outras receitas.
2. As importâncias, a que se refere a alínea e) do número anterior, devem ser fixadas com base no custo efectivo do serviço ou utilidade facultados, com acréscimo de percentagem razoável em benefício da associação.
3. Poderão ser estabelecidas taxas especiais quando os utentes sejam sócios do C.C.S.D.T.C.M.F.

Artigo 46º

Constituem despesas do Centro as que resultem de encargos e responsabilidades assumidos na prossecução dos fins do Centro, de acordo com os planos e orçamentos aprovados pela Assembleia Geral.

Artigo 47º

1. À Direcção cumpre elaborar, até meados de Outubro de cada ano, o orçamento do ano seguinte, compatibilizando com o plano de actividades correspondente, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.
2. O orçamento do primeiro ano de cada mandato deverá ser elaborado pela Direcção eleita, até trinta dias após a sua tomada de posse, mantendo-se em vigor o orçamento do ano anterior, até à aprovação daquele orçamento pela Assembleia Geral.

Artigo 48º

1. A contabilidade do Centro deve adequar-se às necessidades da respectiva gestão, permitindo um controlo orçamental e contabilístico permanentes, e, bem assim, a determinação de resultados por actividades ou serviços.

2. De acordo com o estabelecido no número anterior, deverá ser aplicado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) em vigor para as empresas, adaptado à realidade específica do Centro.

CAPÍTULO V

DO PESSOAL

Artigo 49º

1. O pessoal recrutado fica sujeito ao regime do contrato individual de trabalho das empresas privadas, e no seu recrutamento devem adoptar-se métodos de seleção adequados à comprovação da sua competência e idoneidade.
2. O C.C.S.D.T.C.M.F. poderá ter ao seu serviço outro pessoal em regime de avença ou outro.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 50º

1. No caso de dissolução do C.C.S.D.T.C.M.F., a Assembleia Geral, especialmente convocada para tratar do assunto, elegerá a comissão liquidatária que será composta por três membros.
2. O Centro só poderá ser dissolvido por comprovada impossibilidade de prosseguir os seus fins, com observância do disposto no número três do artigo trigésimo quarto.
3. O património social, depois de liquidados e pagos os encargos, cuja existência seja reconhecida pela comissão liquidatária, será entregue à associação ou associações de fins idênticos de funcionários do Município de Fafe, e, no caso de não existirem essas entidades, a instituições particulares de solidariedade social da Cidade, sem prejuízo, porém, em ambos os casos, do que prescreve o número um do artigo cento e sessenta e seis do Código Civil.